

Entre as sementes, as raízes e os frutos da pesquisa, a natureza territorial das lutas das florestas: aportes teórico-metodológicos do DATALUTA Floresta



José Sobreiro Filho

Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas,
Universidade de Brasília. Brasília, Brasil.
ORCID: 0000-0002-4323-1314

Pietra Cepero Rua Perez

Department of Geography, Durham University. Durham, United Kingdom.
ORCID: 0009-0001-0439-0419

Paulo Vitor Luna Torres

Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas,
Universidade de Brasília. Brasília, Brasil.
ORCID: 0009-0009-1249-3715

Recibido: 19 de abril de 2024. Aceptado: 3 de diciembre de 2024.

Resumo

O DATALUTA – Rede Brasileira de Pesquisa em Lutas por Espaços e Territórios. O objetivo é coletar dados dos diferentes movimentos socioespaciais e socioterritoriais que lutam pelas florestas brasileiras. Os dados coletados, sistematizados e espacializados até o momento referem-se aos anos de 2020 e 2021, com 610 e 620 ações coletivas cadastradas, respectivamente. Esses dois anos expressam a especificidade de um contexto de pandemia que destacou principalmente a vulnerabilidade de povos indígenas, quilombolas, extrativistas e demais sujeitos envolvidos em ações coletivas que lutam em defesa das florestas. Dentre as principais ações identificadas pela equipe de trabalho do DATALUTA Floresta, destacam-se dois grandes grupos de categorização, que denominamos 1) Ações Principais e 2) Ações Derivadas. A primeira seria uma categoria mais ampla que engloba uma diversidade de ações com características mais específicas, que seriam as ações derivativas. A partir desse esforço inicial, pretendemos apresentar os resultados obtidos nos primeiros anos da pesquisa, abrangendo os tipos de ações, os tipos de movimentos e uma análise da espacialização da luta por territórios nas/das florestas.

PALAVRAS-CHAVE: MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS. TERRITÓRIO. AÇÕES COLETIVAS. REDE DATALUTA. POVOS DAS FLORESTAS.

Among the seeds, roots, and fruits of research, the territorial nature of forest struggles: the theoretical-methodological contributions of DATALUTA Floresta

Abstract

DATALUTA Floresta is a database created during the XIII National Meeting of the DATALUTA Network - Brazilian Research Network on Struggles for Space and Territories. The objective is to collect data on different socio-spatial and socio-territorial movements struggling for Brazilian biomes and forests. The collected, systematized, and spatialized data currently cover the years 2020 and 2021, with 610 and 620 registered collective actions. These two years reflect the specificity of a pandemic context that highlighted the vulnerability of indigenous peoples, quilombolas, extractivists, and other individuals involved in collective actions defending the forests. In the context of actions identified by the DATALUTA Floresta working team, two major categorization groups stand out, which we named 1) Main Actions and 2) Derivative Actions. The first is a broader category encompassing a diversity of actions with more specific characteristics, which would be the derivative actions. Building upon this initial effort, we intend to present the results obtained during the first years of the research, encompassing the types of actions, types of movements, and an analysis of the spatialization of the struggle for territories in/related to forests.

KEYWORDS: SOCIO-TERRITORIAL MOVEMENTS. TERRITORY. COLLECTIVE ACTIONS. DATALUTA RESEARCH NETWORK. FORESTRY POPULATION.

Entre las semillas, las raíces y los frutos de la investigación: la naturaleza territorial de las luchas en los bosques – aportes teórico-metodológicos de DATALUTA Floresta

Resumen

DATALUTA – Red Brasileña de Investigación en Luchas por Espacios y Territorios. El objetivo es recopilar datos sobre los diferentes movimientos socioespaciales y socioterritoriales que luchan por los bosques brasileños. Los datos recopilados, sistematizados y espacializados hasta el momento se refieren a los años 2020 y 2021, con 610 y 620 acciones colectivas registradas, respectivamente. Estos dos años expresan la especificidad de un contexto de pandemia que evidenció principalmente la vulnerabilidad de los pueblos indígenas, quilombolas, extractivistas y demás sujetos involucrados en acciones colectivas en defensa de los bosques. Entre las principales acciones identificadas por el equipo de trabajo de DATALUTA Floresta, se destacan dos grandes grupos de categorización, que denominamos: 1) Acciones principales y 2) Acciones derivadas. La primera sería una categoría más amplia que engloba una diversidad de acciones con características más específicas, que serían las acciones derivadas. A partir de este esfuerzo inicial, pretendemos presentar los resultados obtenidos en los primeros años de la investigación, abarcando los tipos de acciones, los tipos de movimientos y un análisis de la espacialización de la lucha por los territorios en/de los bosques.

PALABRAS CLAVE: MOVIMIENTOS SOCIOTERRITORIALES. TERRITORIO. ACCIONES COLECTIVAS. RED DATALUTA. PUEBLOS DE LOS BOSQUES.

Introdução

A compreensão das ações coletivas realizadas pelos povos das florestas constitui-se em um enorme desafio para as Ciências Humanas em todo o mundo. Parte do processo de superação deve-se à proposta de trabalho coletivo permanentemente conduzida pelas pesquisadoras e pesquisadores do DATALUTA Floresta. Ela está fundamentada no Paradigma dos Movimentos Socioespaciais e Movimentos Socioterritoriais (Fernandes & Sobreiro Filho, 2023), sendo relevante por oportunizar não somente uma autêntica reflexão geográfica do fenômeno, mas também o encontro com categorias e lógicas baseadas em outros princípios e epistemologias (Sobreiro Filho & Costa, 2024).

Podemos afirmar a existência de elaborações teóricas e procedimentos que culminam em dados capazes de apresentar resultados inovadores em escala nacional não somente perante a Geografia latino-americana e anglófona, mas diante das Ciências Sociais no mundo. No entanto, ainda é fundamental pontuar que se trata de um esforço e ambição pertinente ao Sul Global, uma vez que o Norte ainda é povoado pelo profundo desinteresse em compreender seus problemas estruturais.

Destinando-se à compreensão do estado da arte da política contenciosa (Tarrow, 2011; Sobreiro Filho, 2016), a proposta aqui apresentada tem como objetivo a operacionalização de uma metodologia eficiente ao ponto de nos permitir valorizar e reconhecer as ações indígenas e de outros povos que compõem as florestas. A criação de novas metodologias e a revisão de outras também se trata de uma ação anticolonial e/ou decolonial de absoluta relevância para a academia (Sobreiro Filho & Costa, 2024).

Além de se caracterizar como uma contribuição à construção de metodologias capazes de levantar e sistematizar dados em escala nacional, este artigo ainda cumpre a importante tarefa de realizar uma proposta de banco de dados pertinente a interesses espaço-temporais, bem como uma leitura ampla das ações coletivas, dos movimentos socioterritoriais, das pautas, dos aliados, dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) etc. Foi por meio da elaboração deste banco de dados desenvolvido simultânea e indissociavelmente com um quadro teórico caracterizado e lastreado na perspectiva geográfica que se tornou possível, pela primeira vez, apresentar um panorama amplo das pautas demandadas pelos povos das florestas entre 2020–2021. Não obstante, o artigo ainda apresentou elementos inéditos no sentido de pontuar, categorizar e esmiuçar as peculiaridades das ações coletivas através da leitura das ações matrizes e das ações derivadas.

Além da compreensão dos diferentes tipos de ações coletivas dentre uma vasta tipologia, ainda apresentamos e analisamos os dados estaduais e regionais. A leitura crítica sobre a conjuntura criada pelo governo Bolsonaro foi operada indissociada da análise dos dados e tornou-se fundamental para que pudéssemos compreender a relação entre a intensidade das lutas e a agenda anti-indígena de seu governo. Este manuscrito está dividido em duas partes complementares: a primeira destina-se à explicação da formação do banco de dados, ao levantamento das ações e ao detalhamento do processo de sistematização e suas razões; e, por fim, a segunda parte apresenta uma análise dos dados em contraste com relevantes eventos da agenda política nacional.

Semeando para gerar frutos a partir de raízes fortes: metodologia de produção de dados sobre as ações coletivas das florestas

Os estudos quantitativos e qualitativos de ações coletivas sempre foram parte de um enorme desafio para as Ciências Humanas em todo o mundo. Ao mesmo tempo, isso se caracterizou como um campo de interesse inquestionável para a construção do conhecimento comportamental, mas pouco explorado entre os modelos teóricos (Gohn, 2002; Pedon, 2009; Sobreiro Filho, 2016). Parte desta realidade deve-se ao fato de que a maioria das pesquisas não encontra variedade de fontes, não propõe e/ou ainda depende de bancos de dados que nem sempre têm suas estruturas orientadas para explicar as ações. Além disso, tendem a incorrer no equívoco de, por inúmeras vezes, tomar por empréstimo expressões e conceitos de outras bases epistemológicas ou entendimentos ainda metafóricos para a Geografia (Santos, 2008).

Embora alguns tenham sua excelência amplamente reconhecida pela comunidade acadêmica, esse processo ainda afirma uma grave dependência e timidez na autonomia e originalidade, não sendo necessário esforço algum para reconhecer que a Geografia pouco tem assumido a condição de produtora de dados para a análise comportamental coletiva das classes, grupos etc. Ainda menor tem sido essa tendência das ciências humanas nas últimas décadas, cabendo apenas a alguns grupos superar a ausência de dados sobre determinados fenômenos socioterritoriais e socioespaciais.

Buscando propor um modelo original e superar as lacunas deixadas pelas instituições de pesquisa, a Rede Brasileira de Pesquisas das Lutas sobre Espaços e Territórios (DATA-LUTA) se diferenciou ao longo dos anos em razão da experiência em desenvolvimento e aperfeiçoamento dos procedimentos de levantamento, sistematização e análise de dados sobre ações coletivas. Essa experiência ganhou notoriedade não somente pelo seu sentido propositivo, mas em razão de a estrutura permitir a representação de sujeitos não considerados e invisibilizados pela matriz epistemológica eurocêntrica (Grosfoguel, 2016; Quijano, 2005), sendo caracterizada como um banco de dados que busca permanentemente captar informações dos invisibilizados e desprezados pela política e economia capitalista, bem como pela ciência eurocêntrica-colonial (Sobreiro Filho & Costa, 2024).

Bancos de dados, em sua relação com os procedimentos, teorias e métodos, também representam e refletem interesses e expressões de classe, colonialidade, patrimonialismo, patriarcado, hemisfério, idiomas etc. Na elaboração da proposta do DATALUTA, os interesses e particularidades pertinentes ao Sul Global foram reconhecidos e tratados em diálogo com atributos espaciais e territoriais. Eles estruturam o banco de dados com o argumento de que seu formato e coerência para uma efetiva análise das ações coletivas em diálogo com “um giro anticolonial” não poderia ser uma continuidade de um saber colonial, devotado à acumulação e eurocêntrico.

Esse desafio levou à construção de um conjunto de procedimentos com o objetivo de apresentar resultados qualitativos e quantitativos potentes para uma maior aproximação da compreensão do quadro da política contenciosa no Brasil. Eles buscaram cumprir um papel relevante para as diferentes etapas que foram desenhadas para o processo: 1) comparação do motor de busca e criação de conta; 2) construção do conjunto

Entre as sementes, as raízes e os...

J. SOBREIRO FILHO, P. CEPERO RUA PEREZ Y P. V. LUNA TORRES

de palavras-chave pertinentes a mineração de dados; 3) alimentação e calibragem do motor de busca; 4) levantamento das notícias pela equipe; 5) sistematização de dados em plataforma online; 6) curadoria dos dados sistematizados; 7) representação dos dados em formas gráficas diversas. Neste processo de elaboração do banco de dados, podemos considerar diferentes atributos pertinentes à classe, cultura e identidade, gênero, raça-etnia, instituições etc., sendo importantes para as análises das expressões contenciosas do comportamento coletivo, sendo capturados, analisados e compreendidos por meio desse conjunto de procedimentos. Essa preocupação existe porque é fundamental compreender a multiplicidade das formas de luta, de organizações e suas distintas razões. A definição de *contentious politics* de Tarrow é didática acerca deste relevante ponto que explica a política contenciosa:

[...] contentious politics emerges in response to changes in political opportunities and threats when participants perceive and respond to a variety of incentives: material and ideological, partisan and group-based, long-standing and episodic. Building on these opportunities, and using known repertoires of action, people with limited resources can act together contenciously – if only sporadically. When their actions are based on dense social networks and effective structures and draw on legitimate, action-oriented cultural frames, they can sustain these actions even in contact with power opponents. In such cases – and only in such cases – we are in the presence of a social movement. When such contention spreads across an entire society – as it sometimes does – we see a cycle of contention. When such a cycle is organized around opposed or multiple sovereignties, the outcome is a revolution. (Tarrow, 2011:16)

A atualidade é continuidade de passos inicialmente dados no final da década de 1990, com a elaboração da tese de doutorado do Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes. Dedicando-se a compreender a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil (MST), desde uma perspectiva geográfica, despertou interesse pelas ocupações de terra e, conseqüentemente, estreitou relações com a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A experiência pioneira da CPT, originalmente criada em 1985, constituiu-se na formação e consolidação do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC). Visando efetivar instrumentos de denúncia sobre a violência praticada contra os trabalhadores do campo, o CEDOC consolidou-se como uma iniciativa absolutamente relevante para a análise e compreensão da questão agrária no Brasil. Ele ofertou referenciais basilares para a compreensão de alguns fenômenos que inicialmente inspiraram a sistematização de dados do DATALUTA em um trabalho conjunto que durou mais de uma década. Dentre a multiplicidade de informações, as ocupações de terras foram um dos mais relevantes dados analisados para a compreensão da questão agrária brasileira. Após sistematizar e analisar diversas informações destas ações, Fernandes (1999) defendeu as ocupações como a principal forma de acesso à terra e, após anos de desenvolvimento do DATALUTA, fomentou a criação dos conceitos movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais.

No ano de 2019, diante de uma análise de conjuntura sobre a conflituosa agenda que os movimentos socioespaciais e socioterritoriais estavam enfrentando no Brasil, uma nova proposta foi elaborada conjuntamente pelos professores Dr. Bernardo Mançano Fernandes e Dr. José Sobreiro Filho. Essa experiência diversificou não somente as

Entre as sementes, as raízes e os...

J. SOBREIRO FILHO, P. CEPERO RUA PEREZ Y P. V. LUNA TORRES

formas de ações analisadas, mas também os espaços de análise passaram a ser quatro: Agrário, Urbano, Floresta e Água. Enquanto Bernardo M. Fernandes assumiu a condução das frentes de trabalho dos espaços urbanos e agrários, José Sobreiro Filho tornou-se responsável pela elaboração e desenvolvimento do banco de dados propondo a sistematização das ações coletivas que envolvessem as Florestas e as Águas.¹

A experiência de décadas baseadas na análise de notícias foi ressignificada e passou a conduzir uma nova pesquisa que deu o importante passo rumo ao levantamento e análise de conteúdo de ações coletivas através de informações nato-digitais e compreendendo as informações disponibilizadas na internet como pertinentes ao trato científico para a compreensão das ações coletivas. Esse momento foi definidor de um novo marco na forma do DATALUTA lidar com a informação, pois, muito mais do que um salto metodológico, tornou-se também inovador no sentido de buscar compreender a luta por novos espaços e territórios (floresta, água e urbano), bem como de outras organizações, articulações, coletivos e movimentos.

Esta radical transformação metodológica foi oportuna no sentido de compor um quadro mais amplo e complexo acerca do estado da arte da política contenciosa no Brasil (Sobreiro Filho & Costa, 2024). Aprofundar e fincar as raízes na internet foi uma estratégia de subverter a terminologia “mineração”, absolutamente contestada pelos movimentos contra-hegemônicos, para o estabelecimento de um sentido com contribuição popular na análise de dados e dos processos que envolvem as disputas por espaços e territórios. Em outras palavras, podemos dizer que a subversão de ferramentas mercadológicas de acesso à informação, que podem ser irrevogavelmente analisadas por qualquer pessoa ou organização do mundo, passou a ser utilizada para fomentar análises científicas, promover a visibilização das injustiças e violações etc.

Nesse novo momento, os principais motores e ferramentas de busca foram testados, ficando o *Google* em posição de destaque mesmo após rodadas de comparação com outros buscadores. Dentro do amplo cabedal de ferramentas disponíveis, o *Alert* foi reconhecido como uma ferramenta relevante e útil, sobretudo pela possibilidade de estabelecer recortes temporais e espaciais mais precisos, assegurar a reincidência e pré-selecionar com maior acurácia as notícias pertinentes.

Sabendo que os jornais geram diariamente uma massa enorme de notícias sobre uma ampla e diversa quantidade de informações, tivemos que nos ater criteriosamente à eleição de palavras-chave para a captação das ações coletivas das florestas (Quadro 1). Muito mais do que a compreensão e estabelecimento de razões entre um enorme salto quantitativo e qualitativo. Esse processo inicial nos levou à compreensão de que a pesquisa também se tratava da análise de um processo dinâmico e que, portanto, deveria, assim como a realidade, estar em movimento, podendo, para isso, buscar se expressar por meio de palavras-chave essenciais à compreensão do momento e do *devenir*.

1. A experiência dos espaços Água e Floresta se iniciaram conjuntamente e com intensa troca, construção mútua e solidária de experiências e estratégias para a otimização dos resultados, sendo que ambos contaram com reuniões semanais e diálogos permanentes de qualificação do debate e análise conjunta. Os discentes Bruna Gonçalves Costa e Nelson Gabriel da Silva Bria tiveram importante contribuição assumindo com o coordenador o desafio de tornar o banco de dados mais eficiente e completo, bem como a eles foi oportunizada experiência de desenvolvimento teórico-metodológico singular, sendo que nos anos seguintes a equipe de sistematização foi ampliada com novos membros da Unesp, Universidade de Brasília, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Universidade de Durham etc.

Entre as sementes, as raízes e os...

J. SOBREIRO FILHO, P. CEPERO RUA PEREZ Y P. V. LUNA TORRES

Quadro 1. Palavras Chaves do DATALUTA Floresta. Fonte: Rede Brasileira de Pesquisas das Lutas sobre Espaços e Territórios - DATALUTA (2023)

- Agroecologia	- Conflitos Em Unidades De Conservação	- Geraizeiros	- Povos Isolados
- Agrofloresta	- Conflitos Na Caatinga	- Grupo De Vigilância Indígena	- Protocolos De Consulta
- Ambientalistas	- Conflitos Na Floresta Amazônica	- Guaranis	- Quebradeiras De Coco
- Apib	- Conflitos Na Mata Atlântica	- Guardiões Da Floresta	- Quilombo
- Área De Proteção Ambiental	- Conflitos Na Mata De Araucária	- Impactos Em Manguezais	- Quilombola
- Assembleia Indígena	- Conflitos No Cerrado	- Impactos Em Restingas	- Reserva Florestal
- Autodemarkação	- Conflitos No Pantanal	- Indígena	- Reserva Indígena
- Autodeterminação Indígena	- Conflitos Nos Pampas	- Indigenistas	- Retomada Indígena
- Autogestão Territorial	- Conselho Indígena	- Krenak	- Ribeirinhos
- Autogoverno Indígena	- Demarcação De Terras	- Lideranças Indígenas	- Seringueiros
- Autonomia Indígena	- Desmatamento	- Madeiros	- Sonia Guajajara
- Barcarena Livre	- Erveiras	- Ministério Dos Povos Indígenas	- Terras Indígenas
- Cacique Raoni	- Extrativismo	- Movimento Dos Atingidos Por Barragens	- Território Indígena
- Caiçara	- Extrativistas	- Movimento Mineração	- Turismo De Base Comunitária
- Castanhais	- Floresta	- Movimento Pela Soberania Popular Na Mineração	- Unidades De Conservação
- Catadoras De Mangaba	- Frente Parlamentar Indígena	- Parlaíndio	- Vigilância Indígena
- Conflitos Ambientais	- Fundo De Pasto	- Povos Das Florestas	- Xingu Livre
- Conflitos Com Turismo	- Garimpeiro	- Povos Isolados	- Povos Originários

O banco de dados, dialeticamente, busca o tempo todo acompanhar a realidade e para isso precisa ser objeto de uma mesa permanente de análise, crítica e desenvolvimento. Ela é composta por docentes, curadores, militantes e estudantes de doutorado, mestrado e graduação de universidades brasileiras e estrangeiras.²

O banco de dados, em sua razão expressa, dentre muitos fundamentos, compreende que está sujeito às relações expressas desigualmente no tempo e no espaço. Ele não pode se furtar, em sua estrutura e essência, de explicar elementos espaciais e temporais dos fenômenos registrados para não pecar contra a realidade, sendo absolutamente necessária a realização de calibrações permanentes. Entende-se que essa devoção aos movimentos dos movimentos na realidade nos permite estar de acordo com a atualidade da luta dos povos das florestas e que contribui para que se cumpra uma relevante parte da metodologia que leva as palavras-chave a serem atualizadas permanentemente, ao passo que se reforça a inafastabilidade do tempo e do espaço para análise desses fenômenos coletivos.

Esse contexto nos despertou para a necessidade de estar atentos às mudanças de conjuntura política, de intencionalidade de ações e de direções dessas ações. Ou seja, é preciso reconhecer que essa etapa de eleição e manutenção das palavras-chave é um trabalho dinâmico, dialético e que deve seguir atento às transformações e metamorfoses que permeiam os movimentos socioterritoriais (Fernandes, 2005) das florestas de modo permanente.

2. Além de reuniões semanais, ainda são realizados encontros periódicos com o objetivo de assegurar uma mesa permanente de produção intelectual, bem como momentos de propostas analíticas e metodológicas.

Entre as sementes, as raízes e os...

J. SOBREIRO FILHO, P. CEPERO RUA PEREZ Y P. V. LUNA TORRES

Após a calibração do banco de dados e o cadastro do e-mail do grupo de pesquisa no *Alert*, diariamente passaram a ser direcionadas mensagens para a caixa de entrada contendo notícias relevantes relacionadas à constelação de palavras-chave e oriundas de diferentes meios. A partir da chegada desses e-mails contendo as notícias, o primeiro grande passo a ser dado é separar as que contêm ações coletivas daquelas que não contêm. Esse processo, denominado levantamento, seleciona as ações pertinentes à análise e sistematização, ao passo que se desvencilha de uma rica massa de temas e questões contenciosas.

Após o levantamento, inicia-se o processo permanente de sistematização, em que algumas variáveis são geradas e outras elaboradas a partir da informação direta ou obtidas por meio de análise. Objetivando interesses organizativos pertinentes ao banco de dados, cada notícia levantada contendo informações de ações coletivas passa a ser renomeada em pastas datadas, levando a alcunha inicial do espaço de análise, da data e, diante da reincidência, adotam-se letras como forma de ordenamento diante da sequência, repetição e complementaridade. Essas informações são geradas no processo de sistematização e muito contribuem para a gestão do banco de dados, facilitando o acesso às notícias e agilizando as possíveis análises a qualquer momento devido ao armazenamento em um *drive* coletivo. Além disso, registramos também as informações de quem realizou a sistematização, facilitando, porventura, algumas correções e instruções para os pesquisadores e pesquisadoras envolvidas.

Para manter e preservar a integridade e o registro do banco de dados, é necessário ter cuidado com a fonte da notícia. Como sabemos que determinados sites e portais geram notícias com informações pertinentes, mas nem sempre as mantêm hospedadas *online*, sobretudo visando baratear seus custos, realizamos o arquivamento de todas em formato PDF com o intuito de permitir o retorno à fonte original da informação. Assim, todas as notícias sistematizadas são arquivadas no Google Drive como forma de segurança.

A compreensão do espaço, do tempo e do território como categorias estruturantes do banco de dados de ações coletivas deve-se à própria etapa de sistematização. Desta perspectiva, é fundamental se dedicar a uma leitura eficiente e comprometida com os atributos escalares das ações, das instituições, do tempo e do espaço, inclusive se lançando perante o enorme e necessário desafio de sistematizar os exemplos de políticas contenciosas em múltiplas escalas, ao passo que se oferece uma representação em âmbito nacional. Sua relevância se justifica objetivamente não apenas em decorrência de um processo histórico eivado das mais terríveis expressões coloniais, mas também pela continuidade do processo de espoliação promovido pelo capitalismo em sua fase internacional.

As informações acerca da localização, um dos ingredientes do espaço-tempo, ocupam uma parcela relevante em nosso detalhamento necessário à sistematização. Dentre muitas razões, permitem acompanhar a reincidência de determinados fenômenos em um mesmo espaço ao longo do tempo, definir e identificar padrões, regionalizar ou reconhecer as regionalizações dos sujeitos, bem como evidenciar disputas territoriais mais ostensivas e outras mais lentas e discretas. Também não é desconhecida a sua importância para a elaboração das formas de representação dos resultados (quadros, tabelas e mapas).

Entre as sementes, as raízes e os...

J. SOBREIRO FILHO, P. CEPERO RUA PEREZ Y P. V. LUNA TORRES

A escala é um atributo relevante oferecido e revelado pela própria ação, bem como uma categoria imprescindível para a promoção de análises verticalizadas, horizontalizadas, comparativas etc. Uma ação pode se relacionar e ser lida desde recortes regionais, federativos, microrregionais, municipais e/ou locais de caráter formal ou não. Algumas devem ser interpretadas desde suas espacialidades, territorialidades, regionalidades etc., por isso buscamos registrar desde a escala mais próxima da ação até a escala nacional de maneira a subsidiar análises, novas interpretações, a visibilização de outras e representações passíveis de distintas leituras (cartográfica, comparativa etc.).

Neste banco de dados, que tem como objetivo tornar acessível o conhecimento sobre as ações coletivas dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais, existem duas naturezas distintas de informações de localização, sendo uma de caráter informativo, cuja finalidade é facilitar elaborações estatísticas e /ou nominais, e outra de caráter organizativo, destinada a fundamentar a elaboração de produtos gráficos. A datação das ações coletivas, da realização dos registros e da publicação das notícias compõem uma tríade de dados importantes para a composição de análises temporais, bem como para uma gestão mais qualitativa do desenvolvimento do trabalho interno de sistematização e curadoria.

São dados que nos ajudam a oferecer e resumir elementos centrais das notícias examinadas desde a perspectiva da análise de discurso e que compõem matéria de sistematização. Todas as ações carregam em sua “carga de dados” a manchete, uma vez que, via de regra, pode ser considerada também o maior resumo do trabalho. Nela, muitas vezes, estão estampadas as próprias ações. Mesmo que nem sempre sejam equivalentes às conceituações de ações matrizes e derivadas, mas que também exprimem a intencionalidade dos jornalistas, a base ideológica e o perfil/padrão dos periódicos. A fonte dos jornais se constitui como outra variável relevante para analisar mais detalhadamente o discurso, bem como mapear quais são as instituições produtoras daqueles mais capazes de cobrir um número maior de informações, lugares, biomas ou, até mesmo, os que se interessam ou não pelos sujeitos analisados.

A análise das ações coletivas, em si e focada em sua forma, é outra parte fundamental da pesquisa, uma vez que ela é ingrediente essencial do movimento socioterritorial. Desta forma, tomando como referência Sobreiro Filho (2016), elaboramos uma sistematização interessada, primeiramente, em registrar os aspectos comuns mais abstratos que se tratam das formas das ações, e lhes atribuímos o nome de Ação Matriz, ao passo que a forma imediata tornou-se representada pelos elementos mais visíveis, diretos e específicos.

Enquanto a ação matriz assumiu função categórica, desafiando-se à imperceptibilidade e evitando se concentrar nas formas estultas dos fenômenos, trabalhamos os elementos comuns das ações, estabelecemos e identificamos agrupamentos lógicos entre as ações derivadas para evidenciar seus atributos constantes. O juízo das derivações das categorias é estabelecido ao explicitar a informação, atribuindo maior foco às particularidades e permitindo um mergulho na originalidade, assim como no particularismo motivado pela vontade de alcançar determinados objetivos.

O caráter propositivo, defensivo, conquistado e reivindicativo possui relevância para um julgamento mais detalhado da intencionalidade e, portanto, é registrado no campo

Entre as sementes, as raízes e os...

J. SOBREIRO FILHO, P. CEPERO RUA PEREZ Y P. V. LUNA TORRES

objetivo das ações. Os objetivos são diversos e, por isso, são avaliados constantemente a partir de diferentes perspectivas e variáveis. Isso significa que uma mesma ação é analisada sob múltiplos aspectos para oferecer atributos detalhados a fim de subsidiar as análises.

Os movimentos compõem parcela importante do detalhamento, sendo registradas as informações de identificação (nome, sigla etc.) e de sua identidade (indígena, seringueiro, ribeirinho, quilombola etc.), cujo objetivo é permitir entender melhor as lutas desde as especificidades. As mesmas ações, muitas vezes, não contam somente com a participação de movimentos, mas com o envolvimento de outras instituições ou parcelas delas (ex: Igreja, ONG, Empresa, Ministério Público Federal etc.). Aspectos quantitativos detêm certa pertinência em razão de sua complementaridade em relação aos demais. Nas ações coletivas analisadas, normalmente, o sistema de medida está atrelado a participantes envolvidos, cuja grandeza é mensurada por família ou indivíduo.

O registro das instituições se justifica porque também contribui na explicação e testemunha importantes relações de poder acionadas nas disputas territoriais, bem como revela aspectos de estratégia e tática. Ademais, o registro dos temas é central para a elaboração de uma leitura acerca das pautas permanentes, das campanhas a curto e médio prazo, bem como nos permite analisar sua espacialidade e territorialidade. Mas também mensuramos como as ações, de uma forma ou outra, se relacionam com outras campanhas também importantes. A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) se interconecta objetivamente com o nosso processo de sistematização, uma vez que é realizado o juízo sobre a relação que o objeto de análise mantém com as 169 metas dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O trabalho dos povos das florestas (indígenas, quilombolas, extrativistas etc.), muitas vezes invisibilizado, ganha notoriedade perante uma agenda que precisa ser disputada e analisada pelo pensamento crítico, mas respaldado em dados científicos. Diante disso, podemos entender, por meio desse levantamento, como as ações coletivas dos sujeitos das florestas podem contribuir, mesmo que invisibilizadas. Ao promover uma vastidão de ações especializadas em diferentes escalas, os movimentos socioterritoriais, por meio de suas intencionalidades, podem colaborar para o alcance desses objetivos propostos pela ONU. No entanto, suas contribuições para o desenvolvimento sustentável não são tidas como um modelo protagonista, mas vistas apenas como colaboradoras de um desenvolvimento que perpassa os moldes capitalistas de desenvolvimento.

As ações coletivas não partem somente de movimentos socioterritoriais tidos como contra-hegemônicos, mas também de sujeitos alienados pela lógica hegemônica do capital, que despontam como casos específicos e necessários de serem considerados dentre o leque de ações realizadas pelos movimentos. É importante entender que nem todos os movimentos surgem apenas afinados em oposição a uma lógica de subversão a modelos. Na verdade, alguns podem surgir como meios de perpetuação e fortalecimento destes. Dessa forma, é comum termos como exemplos os movimentos de garimpeiros e madeireiros realizando ações e se organizando em movimentos. A esses sujeitos atribuímos a expressão marxista “lumpen” por representarem um parcial ou total descolamento de toda e qualquer forma de consciência de classe. Logo, percebemos a amplitude de características dos movimentos dos povos das florestas.

Entre as sementes, as raízes e os...

J. SOBREIRO FILHO, P. CEPERO RUA PEREZ Y P. V. LUNA TORRES

A análise das ações coletivas dos povos das florestas destaca a importância dos biomas como uma outra forma de regionalização e implementação escalar que expressa muito sobre a lógica-racionalidade espaço-temporal dos movimentos. Por isso, os biomas relacionados a cada ação compõem um interesse de sistematização e são marcados por diferentes povos e populações tradicionais. Torna-se, portanto, de suma importância entender como as ações se espacializam e assumem diferentes feições. A partir dessa análise de como os movimentos agem em cada um dos biomas, percebemos que um mapeamento da distribuição identifica as principais relações desses sujeitos com a dimensão natural e como essa relação participa de uma complexa e dinâmica construção de espaço.

Ainda é pertinente destacar que algumas ações podem apresentar múltiplos marcadores na sistematização, seja por seu espaço estar em transição de biomas, por ter mais de um caráter de finalidade ou de pautas, mas nunca são sistematizadas de modo duplo, especialmente em relação à ação matriz e derivada. Um movimento pode realizar mais de uma ação em um determinado momento. Temos como exemplo o Acampamento Terra Livre (ATL) realizado de modo anual em Brasília (DF). Podemos, num primeiro momento, entender o ATL como uma Ocupação/Acampamento, mas outras ações acontecem articuladas, como Evento/Assembleias, Prática Comunicativa/Nota de Repúdio etc.; ou seja, cada forma de ação é atendida de acordo com as suas especificidades.

Outro fato importante é a possibilidade de considerar as diferentes ações coletivas *online*. Dentre as ações coletivas sistematizadas, percebemos que os diferentes movimentos se apropriaram da tecnologia para potencializá-las. Isso descortinou o fato de que o processo de apropriação, popularização e adaptação a uma plataforma que consegue abarcar um maior número de pessoas se mostrou como uma fonte/via de maior visibilidade de suas questões. Seja por meio de cursos, palestras, notas de repúdio, entre outras, as diferentes possibilidades ofertadas pela internet colaboraram para o alcance de um público vasto e atento às demandas dos povos das florestas.

O registro das pautas é importante também, especialmente porque reconhecemos que elas podem acarretar na criação ou modificação de novas formas de ação. Algumas podem ser utilizadas de modo conjunto para permitir alcançar as demandas da ação coletiva. As pautas, muitas vezes, testemunham os conteúdos das ações, sendo eles responsáveis também por atribuírem mais significados às ações coletivas. Cada ação pode ser composta por uma ou mais pautas e cada pauta pode ser parte de um processo que congrega e/ou combina diferentes tipos de ações. As pautas não podem se confundir com as ações, mas ambas não são capazes de se explicarem autonomamente.

Por fim, se por um lado nos dedicamos ao registro da disputa territorial em comunidades e povos originários assentados, por outro tornou-se necessário também reconhecer a relevância dos avanços, uma vez que a maioria dos movimentos no mundo tem posturas de resistência ao invés de ofensivas (Sobreiro Filho, 2016). Por isso, coube também realizar o registro das ações conquistadas, pois assim pudemos obter os resultados decorrentes das vitórias históricas. Isso significa dizer que a sistematização ainda nos possibilitou tomar nota do mapeamento das realizações alcançadas pelos movimentos socioterritoriais de um modo singular, fato que nos permitiu, por exemplo, identificar que dentre elas se destacaram as decisões judiciais em favor dos povos.

Os frutos, as florestas e seus povos em disputa: análise dos anos de 2020 e 2021 a partir dos dados coletados pelo DATALUTA Floresta

Da mesma forma como as florestas dão frutos que alimentam as almas e os corpos, também identificamos nas lutas de seus povos ações inspiradoras que nutrem tanto a teorização quanto para uma análise que oportunize a humilde aprendizagem com suas respectivas formas de fazer a política contenciosa. Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pela implementação da nova metodologia de coleta de dados e o início das atividades do grupo DATALUTA Floresta. Neste mesmo momento, houve o mandato presidencial de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) e a pandemia de COVID-19. Os efeitos da então conjuntura política, representada por uma emergência sanitária e um governo conservador e autoritário, tornaram-se aparentes à medida que criamos e desenvolvemos o banco de dados, por meio do trabalho de registro e sistematização das ações, bem como a análise dos resultados.

No período analisado, foram registradas 1.230 ações protagonizadas pelos povos das florestas, sendo 610 ações no ano de 2020 e 620 ações em 2021. Além de milhares de movimentos socioespaciais e socioterritoriais das florestas. A análise dos dados demonstrou duas tendências: as diversas florestas e seus habitantes foram alvo de ataques do governo, sobretudo em agendas ambientais, fundiárias e sanitárias; e, em resposta a esses ataques, os povos da floresta organizaram, desenvolveram e implementaram novas e múltiplas formas de resistência e denúncia, adaptando-se às condições materiais, sociais, econômicas e de saúde que lhes foram impostas.

Dada a conjuntura, nota-se uma mudança geográfica da localidade das ações. No ano de 2020, as ações se concentraram na Amazônia paraense, local caracterizado pelos altos índices de violência no campo (Sobreiro Filho & Sodré, 2023), altas taxas de desmatamento (Torres, 2017), queimadas e mineração legal e ilegal, e a histórica vulnerabilidade social para os povos da floresta. No ano seguinte, reverberando os efeitos da pandemia de COVID-19 e as ações negligentes do governo federal, em Brasília-DF, local estratégico devido sua centralidade política, registrou-se o maior número das ações (Quadro 2).

Quadro 2. Distribuição dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais das florestas por ações coletivas em UFs e macroregiões - 2020-2021. Fonte: Rede Brasileira de Pesquisas das Lutas sobre Espaços e Territórios - DATALUTA (2023).

REGIÃO/UF	Nº DE AÇÕES COLETIVAS	
	2020	2021
NORTE	225	215
AC	18	20
AM	45	41
AP	9	2
PA	77	63
RO	26	14
RR	27	60

Entre as sementes, as raízes e os...

J. SOBREIRO FILHO, P. CEPERO RUA PEREZ Y P. V. LUNA TORRES

REGIÃO/UF	Nº DE AÇÕES COLETIVAS	
	2020	2021
TO	23	15
NORDESTE	115	89
AL	4	5
BA	32	33
CE	20	9
MA	30	25
PB	4	1
PE	5	11
PI	10	3
RN	2	1
SE	8	1
CENTRO-OESTE	157	150
DF	46	75
GO	7	7
MT	48	24
MS	56	44
SUDESTE	69	100
ES	11	8
MG	21	35
RJ	12	14
SP	25	43
SUL	44	66
PR	16	16
RS	16	32
SC	12	18
BRASIL	610	620

O caminho percorrido para a composição de um banco de dados que se dedique à identificação dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais que possuem a floresta como território ou reivindicam seus direitos sobre ela também foi revelador, por apresentar-nos o pluralismo de seus movimentos e a comprovação da diversidade de pautas e experiências organizadas. Ademais, são diversos e incluem indígenas, quilombolas, extrativistas, ambientalistas, feministas, LGBTQIA+, negros e outros sujeitos que lutam para defender as demandas e pautas das florestas.

O banco de dados dos anos 2020 e 2021 subsidia a afirmação de que as declarações do ex-presidente, atualmente inelegível, Jair Bolsonaro, e de seus ministros não se limitaram ao discurso retórico, uma vez que houve consequências concretas. Falas como: “*Não podemos ter ambientalismo (sic) xiita no Brasil. Vamos acabar com a indústria da demarcação de terras indígenas*”,³ em que Bolsonaro questionou

3. El País. (2021, Agosto 20). Nem um centímetro a mais para os indígenas e para a biodiversidade no Brasil de Bolsonaro. Acessado em 9 de Abril, 2023 <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-08-20/nem-um-centimetro-a-mais-para-os-indigenas-e-para-a-biodiversidade-no-brasil-de-bolsonaro.html>

Entre as sementes, as raízes e os...

J. SOBREIRO FILHO, P. CEPERO RUA PEREZ Y P. V. LUNA TORRES

a extensão de terras alocadas para povos indígenas e unidades de conservação; e a denominação de “gripezinha” à recém-descoberta COVID-19 marcaram a tônica de um governo que desrespeitou o seu povo e os direitos atribuídos ao Estado brasileiro. Somando-se a isso, enquanto as atenções do país estavam voltadas para a emergência sanitária, dois meses após a declaração da pandemia, o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, durante reunião presidencial com todos os ministros, afirmou que aquele era um momento oportuno para “passar a boiada”,⁴ referindo-se a um período estratégico para que o governo federal avançasse com sua agenda de enfraquecimento da política ambiental, favorecendo o aumento do desmatamento, o avanço da mineração, os impactos ambientais e a concentração fundiária. O ato do governo federal de estimular a ideia de “passar a boiada”, juntamente com a negligência na gestão da pandemia da COVID-19, desencadeou uma resposta das diversas comunidades que habitam as florestas do Brasil.

Em 2020 e 2021, muitas das ações dos povos da floresta foram atravessadas pela conjuntura política e social. Em 2020, ações voltadas para a saúde e segurança territorial, como barreiras sanitárias, vigílias e práticas de medicina tradicional, ganharam destaque. No entanto, houve ações também informadas por questões históricas, como a concentração de terras, a recusa em reconhecer direitos de ocupação de povos originários e as consequências modernizadoras e autoritárias da produção de fronteiras extrativistas. Podemos identificar ações cujas pautas foram relativas à demarcação de território, retomadas, autodemarcação e, dentre outras, a expulsão de garimpeiros como uma reação à negação de direitos reconhecidos.

Em 2021, como houve uma mudança na localidade das ações para Brasília, práticas comunicativas e deslocamentos coletivos ganharam destaque. Dada a urgência das demandas, essas ações objetivaram evidenciar as pautas e reivindicações presentes, e também históricas, dos povos das florestas. Encontros e eventos também foram ações significativas, que indicaram um esforço de maior articulação política entre os pares em escalas mais locais, bem como nacionais.

O levantamento das ações coletivas ainda nos oportunizou apresentar como resultado inédito uma síntese das pautas da luta dos povos das florestas, que muito contribuiu para o entendimento da política contenciosa contemporânea (Quadro 3). Notamos o predomínio das questões ambientais, mas sobretudo aquelas relacionadas às disputas territoriais travadas pelos povos indígenas. Elas são capazes de nos ajudar a pensar na imprescindibilidade de se ouvir os povos das florestas para a elaboração mais eficiente e precisa de políticas públicas de caráter territorial.

Em 2020, o número mais expressivo de ações ocorreu na Amazônia Legal, onde há a maior cobertura florestal e povos das florestas, sobretudo indígenas. Essa região também é uma importante fronteira extrativista desde a ditadura militar (1964-1983), e seus povos sofrem as consequências de um projeto autoritário há décadas. O estado do Pará concentrou o maior número de ações, ultrapassando o total de registros de todos os estados das regiões Sul e Sudeste, o que nos indica o caráter de vulnerabilidade social a que os povos da floresta estão sujeitos.

4. BBC News Brasil. (2020, Novembro 27). 2 momentos em que Bolsonaro chamou COVID-19 de “gripezinha”, o que agora nega. Acessado em 9 de Abril, 2023: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>

Entre as sementes, as raízes e os...

J. SOBREIRO FILHO, P. CEPERO RUA PEREZ Y P. V. LUNA TORRES

Quadro 3. Pautas das ações coletivas dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais do DATALUTA floresta. Fonte: Rede Brasileira de Pesquisas das Lutas sobre Espaços e Territórios (2023).

- Agrotóxicos	- Educação	- Preservação Ambiental
- Autonomia	- Florestania	- Questões De Gênero
- Barragens	- Idiomas Indígenas	- Racismo Étnico
- Combate Ao Garimpo	- Indígenas LGBTQIA+	- Racismo Institucional
- Cultura	- Marco Temporal	- Saberes Tradicionais
- Defesa Ambiental	- Mineração	- Saneamento Básico
- Demarcação De Terras	- Mudanças Climáticas	- Saúde Indígena
- Desmatamento	- Patrimônio Territorial	- Saúde Quilombola
- Direito Ao Território	- Políticas Indigenistas	- Segurança Territorial
- Direitos Originários		

A implementação do banco de dados antes da pandemia nos permitiu, por exemplo, comprovar que os povos indígenas assumiram funções de competência do próprio governo brasileiro de Jair Bolsonaro, uma vez que os povos indígenas estavam diante de uma gestão absolutamente indiferente aos seus territórios e modos de vida. Enquanto parcela expressiva da sociedade recebeu, ainda que de maneira muito precária, algum suporte, os povos indígenas seguiram lançados ao destino e responsáveis pela sua própria defesa. Logo após a eclosão da pandemia de COVID-19, 2020 foi constatado como o período com o maior número de ações coletivas, sendo elas em sua maioria voltadas para a defesa da vida e dos territórios. Conforme Sobreiro Filho e Costa (2022), a queda ao longo da pandemia foi resultado de ação mais ostensiva por parte do Supremo Tribunal Federal (STF).

Esse movimento político, que implicou na transferência das ações para a capital federal, e não somente para seus locais de origem, nos aponta que as organizações que representam povos indígenas, como a APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), aliadas às esferas do Judiciário (como o Supremo Tribunal Federal), foram importantes na produção de ações de resistência frente ao grande ataque promovido pelas instâncias e esferas políticas. No ano de 2020, algumas cidades como Pirapora e Ibitité, ambas no estado de Minas Gerais, ascenderam como notáveis protagonistas. Nisso, percebemos que as ações coletivas são dinamicamente territorializadas, não possuindo um padrão geográfico de distribuição que persista de modo fixo, mas constante. Ou seja, os movimentos são dinâmicos. De acordo com Gohn (2002:20), “com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, eles se transformam. Como numa galáxia espacial, são estrelas que se transformam e acendem enquanto outras estão se apagando, depois de brilhar por muito tempo”.

Tornou-se notável uma associação direta entre o explícito descomprometimento do governo Jair Bolsonaro (2019-2022) com as comunidades tradicionais das florestas e o fortalecimento de pilares históricos autoritários, como, por exemplo, a violência e o patrimonialismo. O patrimonialismo pode ser entendido como uma apropriação do Estado visando benefícios pessoais ou de um determinado grupo político de poder (Schwarcz, 2019). Os territórios tornaram-se intensamente mais autoritários para determinadas populações, por conta da “antipolítica” contenciosa promovida pelo Estado brasileiro durante o governo Bolsonaro:

[...] segmentos societários são atingidos cotidianamente com o desmonte da garantia e efetivação dos direitos sociais, provocados pela política econômica

pautada na ideologia neoliberal. Um exemplo é a questão dos povos e comunidades tradicionais que estão sendo visivelmente atacados com as ações do atual governo (Governo Bolsonaro). (Silva, 2019:2)

Desse modo, o Estado brasileiro teve, em 2020 e 2021, uma postura negligente com os povos das florestas, trazendo à tona algo latente na história: a diferença no tratamento de determinada classe em detrimento de outra. Segundo Schwarcz, “o problema se apresenta quando um determinado tipo de corporativismo político favorece alguns cidadãos, em detrimento de outros” (Schwarcz, 2019:68). Ou seja, quando um certo governo desfavorece um povo específico, há outros sujeitos que podem estar tendo predomínio de benesses do Estado e, nesse caso, podemos citar os latifundiários (especuladores ou produtores de *commodities*). Sujeitos estes que tentam cobrir os territórios indígenas com lavouras de monoculturas, visando dominar a paisagem pela força e articulação política.

Sendo o Estado o promotor, por excelência, das demarcações de terras indígenas e quilombolas, a confrontação com os aspectos quantitativos e qualitativos sistematizados no banco de dados revelou que o governo de Jair Bolsonaro foi completamente omissivo e ignorou as vozes dos sujeitos das florestas, uma vez que eles intensificaram suas lutas e ações no período equivalente. É perceptível que o patrimonialismo, circundado pelo mandonismo local, favoreceu o acirramento das conflitualidades, resultado de uma incompatibilidade da lógica do Estado com a das comunidades e/ou revelando um profundo desprezo pelo modo de vida dos povos das florestas. Tais circunstâncias revelam uma política formada por um conjunto de pilares autoritários, que explicitam as bases da questão agrária, social, econômica, cultural e ambiental brasileira. Elas simplesmente emergem como expressão da lógica capitalista-colonial que ainda segue violentando brutalmente e de diferentes formas os povos das florestas, levando-os a formarem mecanismos de defesa e a gerarem engrenagens de resistência que os permitam estar protegidos da apropriação de terras que avançam rumo a seus territórios.

Os povos tradicionais se organizam em movimentos de diferentes forças. Por exemplo, notamos que alguns possuem um corpo ativo de representantes legais, como é o caso da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). A APIB, que foi o movimento mais recorrente, utiliza-se do próprio aparato de leis para promover a reivindicação de direitos dos povos indígenas. Ainda é fundamental destacar que, além das organizações de povos indígenas, temos outras de destaque, como a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), que também promove ações coletivas complexas, visando utilizar o conjunto de leis vigentes para obter o cumprimento delas, considerando-os protagonistas de seus territórios.

Todas essas questões evidenciam que os povos das florestas operam uma gama de ações que lhes permitem estar em intensa resistência. Dados de 2020 revelam que ações comunicativas foram umas das mais realizadas ao longo de todo o território nacional. Tornaram-se peças-chave das comunidades em seus processos de luta pelo e no território, por meio da apropriação da internet, adaptação em canais nas redes, organização de tuitos, lançamentos de cartas de denúncia e elaboração de dados que serviram como base de estudo sobre as comunidades. Surgiu um criativo universo de modos de luta para superar as dificuldades, que iam além da transferência de informações e que eram prova de um processo de alavancamento de suas pautas em escala nacional.

Entre as sementes, as raízes e os...
 J. SOBREIRO FILHO, P. CEPERO RUA PEREZ Y P. V. LUNA TORRES

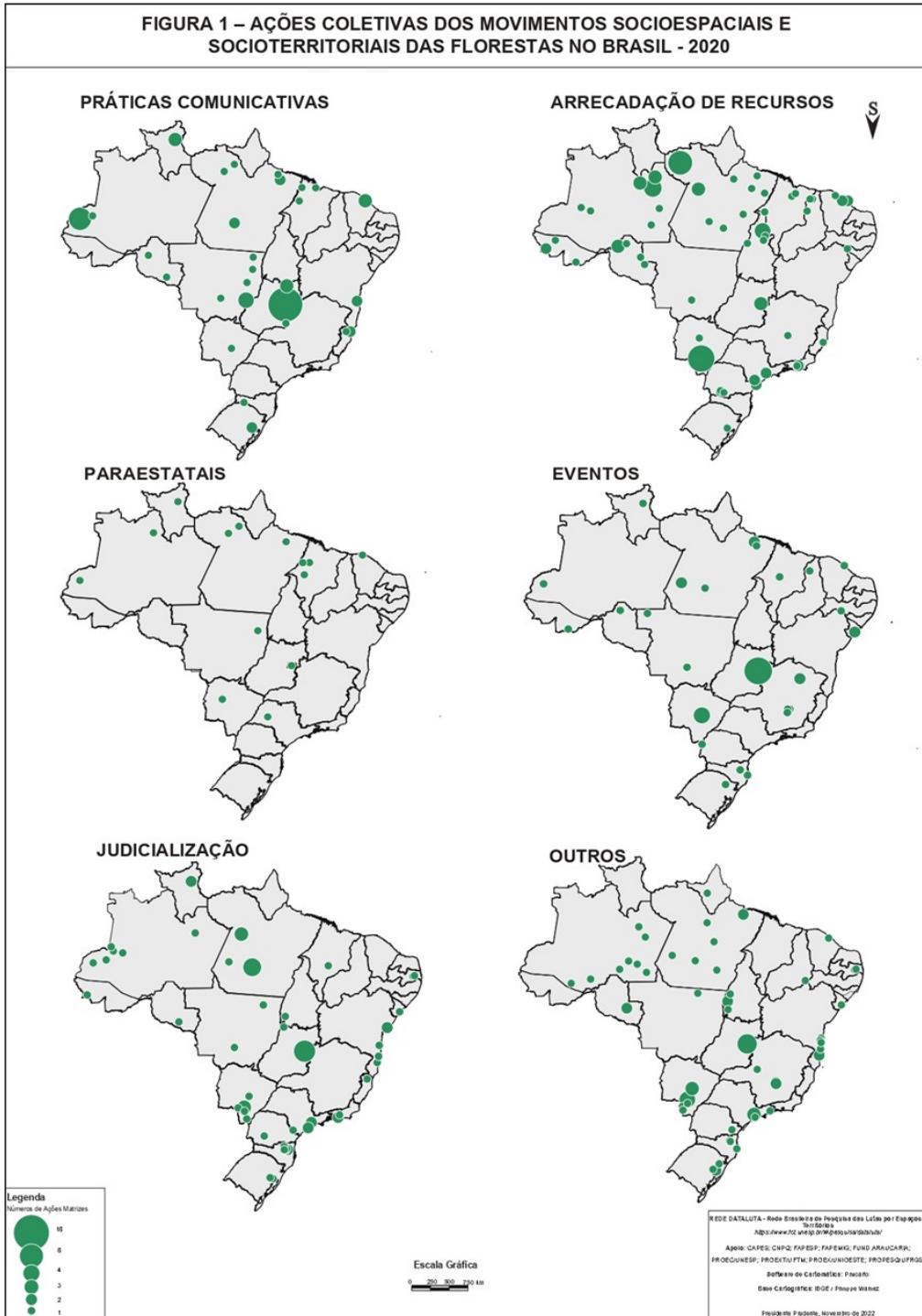


Figura 1. Ações Coletivas dos Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais. Fonte: Rede Brasileira de Pesquisas das Lutas sobre Espaços e Territórios - DATALUTA (2022).

Entre as sementes, as raízes e os...

J. SOBREIRO FILHO, P. CEPERO RUA PEREZ Y P. V. LUNA TORRES

O banco de dados ainda nos permitiu iniciar a proposição de uma tipologia de lutas inédita sobre os povos das florestas a partir da valorização da natureza das ações matrizes, uma importante perspectiva atenta à sua respectiva luta por território. Na Figura 1, vemos que não há padrões pré-estabelecidos para a realização de ações; na verdade, são produto de construções complexas baseadas em suas respectivas experiências espaço-temporais de luta. Elas podem refletir o dinamismo dos povos e consolidar modos versáteis de mobilização e articulação. Esse dinamismo é tido como um fator possibilitador para que seus povos e territórios continuem existindo, mesmo diante das ameaças que se concretizam em baixas de seus integrantes e diversas violências contra seus respectivos territórios.

Essa articulação provém de processos de resistência e de luta pelos seus modos de vida e de organização indissociados aos territórios, já que são historicamente ameaçados e tidos como passíveis de serem eliminados pela lógica colonial. É fundamental destacar que as ações ocorridas no auge da pandemia destinavam-se a resolver desesperadamente problemas constitucionais imediatos e evitar a usurpação de seus territórios (ameaças de garimpeiros, descaso estatal em garantir meios, suportes e assistência a essas comunidades, etc.).

Por fim, parcela importante dos resultados inéditos pode ser analisada no Quadro 4, onde verificamos a composição de 10 grandes grupos de ações matrizes que englobam dezenas de ações derivadas. Eles nos permitem constatar que os povos tradicionais possuem um conjunto de concepções, saberes e percepções que se somam ao propósito de compreender o território e racionalizar o espaço-tempo (Sobreiro Filho, 2016). Excluir esses sujeitos e suas cosmovisões evidencia uma prática de colonialismo que desprivilegia o olhar dos povos que compõem a história e a base do país.

Quadro 4. Tipologias de ações coletivas dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais do DATALUTA floresta 2020-2021. Fonte: Rede Brasileira de Pesquisas das Lutas sobre Espaços e Territórios - DATALUTA (2023).

Ação Matriz	Ação Derivada
Ação Paraestatal	Autodemarkação
	Apreensão de Materiais
	Barreiras Sanitárias
	Elaboração de Relatórios
	Levantamento de Dados Primários
	Medida Auto Organizativa de Medicina Tradicional
	Retenção de Pessoas
	Retomada
	Reflorestamento/Plantio de mudas
	Vigilância
Arrecadação de Recursos ou de Execução de Serviços	Campanha de solidariedade socioeconômica
	Doação
	Mutirão
Deslocamentos Coletivos	Caminhada
	Carreata
	Marcha
	Passeata

Ação Matriz	Ação Derivada
Encontro de Mediação	Reunião de Denúncia Reunião de Negociação Reunião de Orientação Sanitária Reunião de Reivindicação de ato Administrativo Territorial Reunião de Reivindicação de Correção Entre os Poderes Reunião de Reivindicação de Ato do Legislativo Reunião de Reivindicação de Ato do Executivo Reunião de Reivindicação de Ato do Judiciário Reunião de Construção de Agenda Reunião de Articulação
Eventos	Assembléia Conferência Feira Festival Fórum Roda de Conversa
Prática Comunicativa	Carta Cosmopolita Carta Pública de Denúncia Carta Pública de Denúncia Online Documento de Formação e Informação dos Movimentos Entrevista Concedida Envio de Delegação Diplomática Matéria Concedida Live e Produção de Conteúdo Nota de Pesar Nota de Repúdio Ofício Tuitaço
Festividades e Rituais	Cerimônia Festiva Festival Ritual Cosmopolítico Ritual Indígena Vigília de Cunho Religioso
Interseccionalidade Institucional	Criação de Protocolo de Consulta Organização de Audiência Pública Participação em Audiência Pública
Judicialização	Ação Civil Pública Ofício de Reivindicação de Ato do Executivo
Ocupação	Acampamento Ocupação de Área Concedida e Gestão Privatizada Ocupação de canteiro de Obras Ocupação de Espaço Privado Ocupação de Espaço Público Ocupação de Floresta Nacional (FLONA) Retomada de Território/Patrimônio

Conclusão

Os estudos sobre os movimentos socioterritoriais das florestas caminham para sua terceira década. Apesar de limitações metodológicas reveladas pelo tema ainda possuírem tons de ineditismo, os dados promovidos por meio do mapeamento de ações do DATALUTA evocam um novo olhar para esse espaço de análise tão vasto — as florestas —, necessário e de suma importância para a compreensão do território brasileiro. Coube a este levantamento de ações coletivas realizadas pelos movimentos socioterritoriais contribuir

Entre as sementes, as raízes e os...

J. SOBREIRO FILHO, P. CEPERO RUA PEREZ Y P. V. LUNA TORRES

para o debate e visibilidade desses sujeitos, dando voz às suas reivindicações durante um momento político caracterizado pela agenda mais anti-indígena da história contemporânea do Brasil. Não obstante, também colaborou para o entendimento do movimento de luta pelo território e da resistência empreendida em uma conflitualidade que reflete a incompatibilidade com uma lógica que os atordoa.

Por meio da pesquisa, entendemos o papel da eleição dos espaços-tempos no jogo político, especialmente o caso de Brasília, uma vez que os movimentos realizam ações que vão além de seus territórios, articulam-se em organizações e se emaranham como redes de defesa. Essa organização é movida pela consciência de que há uma luta, não promovida por eles, mas desencadeada pela tentativa de usurpação de seus espaços, que são centrais para a perpetuação de seus modos de vida e da transferência de conhecimentos herdados e acumulados. Quando se atenta a um território, é importante termos em mente que ali existe, de modo simultâneo, um conjunto de relações sociais, culturais, políticas, econômicas, psicológicas, naturais, etc., que dão consistência àquele território. O sentido do território está na vida, no trabalho, na consciência, na forma de pensar e sentir atribuída a ele, na constituição dos vínculos, da interação homem-natureza e das simbologias que estão no imaginário social materializadas ali.

Coube-nos a missão de assegurar um pontapé inicial para alavancar novos estudos sobre o tema dos movimentos socioterritoriais das florestas brasileiras, relacionando o território aos seus integrantes, sem desconsiderar também suas contribuições teóricas, analíticas e de organização. Uma base que se some à sua luta implica que a Geografia se torne uma aliada dos movimentos e seus integrantes. Da mesma forma, aprendendo com a política contenciosa e os saberes dos povos das florestas, seguimos formulando e tecendo uma Geografia que seja movida por novos horizontes e perspectivas, divergente e dissonante de uma lógica colonial e patrimonialista.

Referências bibliográficas

- » Fernandes, B. M. (1999). *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST 1979-1999* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- » Fernandes, B. M. (2005). Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos. *Revista NERA*, 8(6), 24–34.
- » Fernandes, B. M. (2009). Sobre a tipologia de território. Em M. A. Saquet y E. S. Sposito (Orgs.), *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos* (pp. 197–215). São Paulo: Expressão Popular.
- » Gohn, M. G. (2002). *Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola.
- » Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: Racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, 31(1), 25–49.
- » Harvey, D. (2004). *O novo imperialismo*. São Paulo: Editora Loyola.
- » Pedon, N. R. (2009). *Movimentos socioterritoriais: Uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica* [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho].
- » Quijano, A. (2005). A colonialidade de poder, eurocentrismo e América Latina. Em E. Lander (Ed.), *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais latino-americanas* (pp. 117–142). CLACSO.
- » Santos, M. (2008). *A natureza do espaço*. Editora da Universidade de São Paulo.
- » Schwarcz, L. M. (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- » Sobreiro Filho, J. (2016). *Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentious politics: Produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina* [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho].
- » Sobreiro Filho, J., & Costa, B. G. (2022). As políticas contenciosas dos movimentos socioterritoriais na Amazônia Legal: Ensaio geográfico a partir do DATALUTA Floresta. Em C. E. de Castro et al. (Eds.), *Geografia fora do eixo: Por outras geografias feitas com práxis territoriais* (pp. 202–225). São Paulo: Editora Liberdade/EDUEMA.
- » Sobreiro Filho, J., & Sodré, R. B. (2023). Struggling and dying for land in Amazon: A case study of the State of Pará. *Revista NERA*, 26(66), 69–94.
- » Silva, H. S. B. (2022). Agronegócio na Amazônia e o avanço do capital: Ataque aos povos do campo. *Trabalho Necessário*, 20(41).
- » Tarrow, S. (2011). *Power in movement: Social movements and contentious politics* (3rd ed.). Cambridge: Cambridge University Press.

Entre as sementes, as raízes e os...

J. SOBREIRO FILHO, P. CEPERO RUA PEREZ Y P. V. LUNA TORRES

- » Torres, M.; Doblas, H. & Fernandes, D. (2017). "Dono é quem desmata": Conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense. Altamira: Instituto de Agronomia da Amazônia.

José Sobreiro Filho / jose.sobreiro@unb.br

Possui graduação em Geografia (2010), mestrado (2013) e doutorado (2016) pela UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária (NERA), coordenador do Grupo de Estudos de Ações Coletivas, Conflitualidades e Territórios (GEACT-UnB) e vice coordenador do Rede Brasileira de Pesquisas das Lutas por Espaços e Territórios DATALUTA. Atualmente é Professor do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília -UnB.

Pietra Cepero Rua Perez / pietra.cepero-rua-perez@durham.ac.uk

Bacharela (2014) e licenciada (2015) em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestra (2018) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH) pela USP. Atualmente é doutoranda em Geografia Humana na Durham University (Reino Unido).

Paulo Vitor Luna Torres / vitortorres68@gmail.co

Graduando em Geografia pela Universidade de Brasília – UnB. Membro da Rede Brasileira de Pesquisas das Lutas por Espaços e Territórios DATALUTA Floresta e do Grupo de Estudos de Ações Coletivas, Conflitualidades e Território (GEACT-UnB).